

Políticas de avaliação da educação: internacionalização e standardização

Assessment policies of education: internationalization and standardization

***Las políticas de evaluación de la educación:
la internacionalización y la estandarización***

O presente número da RBPAE inaugura nossas publicações de 2014, ano que será marcado, dentre outras coisas, pela realização na cidade do Porto (Portugal) do IV Congresso Ibero-Americano de Política e Administração da Educação no próximo mês de abril, e da Conferência Nacional de Educação que acontece em Brasília em fevereiro (CONED, 2014).

O IV Congresso realiza-se a cada dois anos e é uma promoção conjunta do Fórum Português de Administração Educacional (FPAE), da Associação Nacional de Política e Administração da Educação (ANPAE), do Fórum Europeu de Administradores da Educação na Espanha (FEAE) e do Fórum Internacional de Política e Administração da Educação (INTEREDUC). Trata-se de evento cuja ocorrência vem reafirmando a sua condição de espaço de interlocução e de circulação internacional do conhecimento no campo das políticas educativas e gestão da educação. Simultaneamente, realizar-se-á, também na cidade do Porto, o VII Congresso Luso-Brasileiro de Política e Administração da Educação organizado pelo Fórum Português e a ANPAE.

Ao participar da promoção de tais eventos, a Associação continua a fomentar e a desenvolver o efetivo intercâmbio entre pesquisadores ibero americanos, práticas fundamentais nesses tempos em que a resistência aos processos hegemônicos da globalização envolve, também, o fortalecimento de redes de produção e difusão do conhecimento nesta perspectiva, como é o caso.

A CONAE 2014 (II CONAE), por seu turno, será o ponto culminante de um processo que envolveu a ampla participação de setores da sociedade civil e da sociedade política na discussão e na proposição de políticas educativas, tendo O *Plano Nacional de Educação na Articulação do Sistema Nacional de Educação: Participação Popular, Cooperação Federativa e Regime de Colaboração* por tema central. Ainda que o novo Plano continue em tramitação no Congresso Nacional, a CONAE vai ser o palco da negociação e pactuação de cerca de 30.000 proposições construídas nas conferências de educação preparatórias municipais, intermunicipais e estaduais. Trata-se, sem dúvida, de evento que pode consolidar a abertura da arena de decisões sobre as políticas de educação, ampliando a participação democrática concernente.

Por outra parte, vale registrar que no segundo semestre de 2013 houve

alterações no Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), com a introdução, pelo governo, da Avaliação Nacional da Alfabetização – ANA, com caráter censitário e anual. Trata-se de avaliação externa em larga escala, tal como a Avaliação Nacional da Educação Básica – Aneb e a Avaliação Nacional do Rendimento Escolar - Anresc (a Prova Brasil)¹, que junto agora com a ANA compõem o sistema referido. A ANA introduziu no sistema a avaliação dos níveis de alfabetização e letramento em Língua Portuguesa, alfabetização Matemática e condições de oferta do Ciclo de Alfabetização das redes públicas, envolvendo os alunos do 3º ano do Ensino Fundamental.

Esta avaliação, aplicada pela primeira vez em 2013 junto com as demais provas do Saeb, praticamente fecha o cerco da aplicação de avaliações em larga escala, standardizadas e centralizadas, pelo governo federal, por todo o sistema de ensino da educação básica. Assim, com essas práticas avaliatórias o Brasil acompanha o que ocorre nos sistemas de ensino em escala internacional, na busca de elementos que, segundo o discurso governamental, propiciem o redirecionamento das políticas visando o alcance da qualidade, equidade e eficiência.

Tais modelos avaliativos vêm sendo alvo de estudos e de questionamentos por parte dos pesquisadores da área. É neste sentido que se colocam os três primeiros artigos do presente número da RBPAE.

Validade dos rankings internacionais baseados nos testes: PIRLS, PISA e Shanghai abre a seção “Artigos” e tem por autora Elisabeth Regnault, professora da Faculdade de Ciências da Educação da Universidade de Strasbourg (FR). O texto examina a validade de três testes que avaliam, respectivamente, o ensino primário, secundário e universitário, cujas bases são os *rankings* internacionais da educação. Tem por aporte orientações conceitual e metodológica da educação comparada que possibilitam evidenciar as orientações subjacentes a este tipo de avaliação e suas implicações políticas, como se articulam a “um discurso internacional de competição econômica, de eficácia e eficiência” e têm servido para a reorientação das políticas educativas, tomando o caso da França para as exemplificações.

O segundo artigo - *Políticas de avaliação universitária: o que pensam os professores sobre o ENADE* - tem por autoras Ariane Lopes da Silva (do Centro Internacional de Representações Sociais e Subjetividade/Educação CIERS da Fundação Carlos Chagas), Maria Angélica Martins, e Maria de Fátima Abdalla (ambas da Universidade Católica de Santos e também vinculadas ao CIERS). Trata-se da apresentação de resultados de pesquisa que analisou dados levantados junto a uma amostra de professores universitários sobre o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE), objetivando compreender as representações sociais sobre este exame e “observar o seu impacto nas práticas docentes”.

¹ Como se sabe, a Aneb e a Prova Brasil são bianuais. A primeira é amostral envolvendo alunos das redes públicas e privadas do país, em áreas urbanas e rurais, matriculados na 4ª série/5º ano e 8ª série/9º ano do Ensino Fundamental e no 3º ano do Ensino Médio. A segunda é censitária e envolve os alunos da 4ª série/5º ano e 8ª série/9º ano do Ensino Fundamental de todas as redes públicas de ensino.

O terceiro e último trabalho do grupo em destaque intitula-se *Avaliação interna no contexto das avaliações externas: desafios para a gestão escolar* cujos autores são Cristiane Machado (Universidade do Vale do Sapucaí-MG) e Ocimar Alavarse (Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo). O seu objetivo é problematizar “os desafios da gestão escolar” na tarefa de estimular os professores para adquirirem os conhecimentos necessários que lhes permitam explorar “o potencial das avaliações externas”. Esta questão é suscitada por pesquisa desenvolvida em escolas da rede pública que indicou “a importância do cotejamento dos resultados das avaliações internas com os da avaliação externa” para que possam ser melhor apropriados pelas práticas docentes.

Em sequência encontra-se um segundo grupo formado por três artigos: dois deles têm por foco a gestão municipal da educação, e o terceiro trata da gestão escolar. O *planejamento educacional no Brasil: políticas, movimentos e contradições na gestão dos sistemas municipais* é de autoria de Luís Alexandre da Silva, Suely Ferreira e João Oliveira, todos da Universidade Federal de Goiás. A partir de pesquisa bibliográfica, procura demonstrar como políticas para a educação básica, particularmente o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) e o Plano de Ações Articuladas (PAR), foram pouco integradas à gestão dos sistemas municipais de educação, revelando um tipo de planejamento centralizado e que privilegia, sobretudo, soluções técnicas para os problemas que pretende equacionar. Sandra Zákia Souza (da Universidade de São Paulo) e Angela Maria Martins (da Fundação Carlos Chagas) são as autoras do artigo *A Gestão da educação básica na esfera municipal: papel do governo federal na indução de programas*. Trata-se de pesquisa que, a partir da análise de projetos implementados por municípios paulistas, discute “experiências premiadas pelo governo federal” tidas como mecanismos de democratização da gestão em redes municipais de ensino. As autoras mostram “controvérsias na concepção de inovação subjacente às experiências analisadas” e a fragilidade de ações que premiam “projetos pontuais” tidos como instrumentos “de aprimoramento da gestão da educação” nos municípios. Tratando igualmente da gestão, mas referenciada à escola, situa-se o terceiro trabalho deste grupo intitulado *Gestão escolar: afinal, que fins estão sendo buscados?* O seu conteúdo compreende a discussão de dados de pesquisa que procurou apreender como gestores de escolas públicas municipais concebem o seu papel, o da educação e o do aluno por meio da análise das representações sociais dos mesmos. Os resultados indicam, entre outros achados, que há similitude entre as representações de cada gestor e que estes tendem a apreender a educação de modo articulado à consideração dos alunos como sujeitos. Mirna Medeiros juntamente com Luna Ferolla, Claudia Passador e João Luiz Passador são os autores deste trabalho (todos vinculados à Faculdade de Economia e Administração do campus de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo).

Em prosseguimento, situam-se dois artigos que tratam, por ângulos diversos, do ensino superior. O primeiro, tem por autores Julio Cesar Bertolin e Bernadete Dalmolin (professores da Universidade de Passo Fundo-RS) e intitula-

se *As universidades comunitárias e a emergência de mercados na educação superior: entre a pressão da competição e o diferencial dos valores acadêmicos*. O estudo analisa, com a utilização de conceitos da economia, as dinâmicas peculiares à competição no ensino superior, problematizando “as tensões entre qualidade acadêmica e sustentabilidade econômica”. Este é o cenário em que se examinam os mecanismos que as universidades comunitárias devem acionar, de modo que consigam ter sustentabilidade em face da mercantilização do ensino superior. O segundo artigo, – *Conhecimento e interesse: analisando fatores que influenciam a constituição do campo acadêmico da pesquisa sobre política educacional* – e de Ana Lúcia Félix dos Santos (Universidade Federal de Pernambuco). Este resulta de pesquisa que examinou a produção, de pesquisadores vinculados a Programas de Pós-Graduação em Educação, a respeito das políticas educativas, e o processo de constituição do respectivo campo acadêmico. Neste sentido, interliga a noção de campo de Pierre Bourdieu com a análise de discurso, tomado como prática social, na identificação de fatores que incidem sobre as escolhas dos objetos de estudo, condicionando “a relação entre conhecimento e interesse”.

Finalizam esse número da RBPAE os artigos *Desafios à escolarização obrigatória: a inserção do homeschooling na legislação educacional no Brasil e em Portugal* (de Maria Celi Chaves da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e José Carlos Morgado da Universidade do Minho-PT) e *Análise da Política de Assistência Estudantil dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia* cuja autora é Ana Luiza Taufick (do Ministério da Educação).

Desafios à escolarização obrigatória é um estudo comparativo que, a partir da realidade portuguesa e brasileira, problematiza a questão da escola em casa, a desescolarização, que tem se tornado uma tendência mundial. Para tanto, toma a legislação dos dois países a cerca da educação obrigatória, confrontando-as entre si e em relação às possibilidades da incorporação da *homeschooling* como prática legal. A análise das propostas de desescolarização indica a necessidade de revisão e flexibilização da legislação vigente, ou uma reafirmação da escolarização obrigatória em outros moldes. Por fim, o trabalho de Ana Luiza Taufick demonstra como vem se processando a assistência estudantil nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - IFs, a partir da sua inclusão no Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) de 2010. O texto traz os resultados de uma minuciosa análise dos regulamentos da assistência estudantil de 30 IFs.

Janete Maria Lins de Azevedo
Editora

Alice Happ Botler
Editora Associada